

LEI Nº 1.652, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.

Publicado no Diário Oficial nº 2.075

Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Subsídios - PCCS dos Servidores dos Quadros Auxiliares de Provedimento Efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

O Governador do Estado do Tocantins

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Plano de Carreira, Cargos e Subsídios - PCCS dos servidores públicos efetivos dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo, integrantes dos Órgãos Auxiliares do Ministério Público, submete-se ao Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins e é organizado na conformidade do disposto nesta Lei, com fundamento nas seguintes diretrizes:

- I - instituição de perspectivas básicas de mobilidade funcional na respectiva carreira, mediante progressão e promoção e conseqüente melhoria do subsídio;
- II - organização e escalonamento dos cargos, tendo em vista:
 - a) a instituição de um sistema de retribuição, por intermédio de escalas de subsídios, composto de classes e padrões;
 - b) a multifuncionalidade, a multidisciplinaridade e a complexidade das atribuições;
 - c) os graus diferenciados de responsabilidade e de experiência profissional requeridos e demais condições e requisitos específicos, exigíveis para o desempenho das respectivas atribuições;
 - d) subsídios compatíveis com a função;
- III - motivar os servidores ao desempenho de suas atribuições em padrões de eficiência e qualidade, mediante reconhecimento dos resultados alcançados;

- IV - possibilitar o desenvolvimento profissional dos servidores, mediante processos de qualificação, estimulando-os a assumir os desafios do exercício de suas atribuições;
- V - comprometimento dos servidores com a filosofia e os objetivos da Administração;
- VI - revisão geral e anual da remuneração do pessoal de que trata esta Lei em 1º de maio de cada ano, obedecidos rigorosamente os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a disponibilidade financeira.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

- I - cargo público, o instituído por lei na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e subsídio correspondente;
- II - classe, o escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições, responsabilidades e vencimentos, representados pelas letras de “A” a “C”;
- III - padrão, o indicativo da posição do cargo nas escalas de vencimento;
- IV - progressão funcional, o avanço entre classes e padrões decorrente da promoção do servidor estável no mesmo cargo;
- V - subsídio, o sistema remuneratório fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação e de qualquer outra espécie remuneratória;
- VI - avaliação de desempenho, o conjunto de procedimentos administrativos direcionados para promover o desenvolvimento funcional do servidor, compreendendo ações voltadas para o estabelecimento de padrões de atuação funcional compatíveis com os objetivos do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- VII - multidisciplinaridade, aglutinamento de disciplinas de atuação de naturezas diferentes em um mesmo cargo, diversificando as correspondentes funções e as respectivas atribuições, respeitada a formação escolar do seu ocupante, a legislação profissional e os regulamentos do serviço;
- VIII - multifuncionalidade, o aglutinamento de diferentes áreas de atuação em um mesmo cargo, diversificando-se as correspondentes funções e as respectivas atribuições, respeitada a formação escolar do seu ocupante, a legislação profissional e os regulamentos do serviço;

IX - tabela financeira, a tabela de subsídio que estabelece a correspondência entre os valores financeiros e respectivas classes e padrões;

X - enquadramento, o processo pelo qual o servidor ativo é incluído neste PCCS.

CAPÍTULO II DO QUADRO DE CARGOS

Art. 3º. O Quadro dos Cargos de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins é organizado:

I - segundo a multidisciplinaridade e a multifuncionalidade;

II - em 3 classes identificadas pelas letras “A”, “B” e “C”, e 7 padrões em cada classe, identificados por algarismos arábicos de 1 a 7.

§ 1º. Integram o Quadro que trata o *caput* deste artigo os cargos cuja nomenclatura resultante ou não da transformação da nomenclatura anterior são os que constam do Anexo I a esta Lei;

§ 2º. O quantitativo, correspondentes disciplinas ou área de atuação e requisitos de escolaridade para investidura são os que constam do Anexo II a esta Lei.

§ 3º. A estrutura organizacional, bem como suas unidades administrativas serão objeto de detalhamento quanto às atribuições gerais e especiais, competência e funcionamento, por meio de regimento interno a ser elaborado e aprovado pelo Colégio de Procuradores, no prazo de sessenta dias a partir da publicação desta Lei.

Seção Única Da Jornada de Trabalho

Art. 4º. A jornada de trabalho dos cargos de provimento efetivo é de quarenta horas semanais.

Parágrafo único. O Procurador-Geral de Justiça poderá instituir para os servidores efetivos, ouvido o Colégio de Procuradores de Justiça, a jornada de trabalho diária de seis horas ininterruptamente, observado o funcionamento em dois turnos.

CAPÍTULO III DOS SUBSÍDIOS

Art. 5º. Os subsídios dos cargos de que trata esta Lei, observado o respectivo enquadramento dos atuais servidores, são os que constam do Anexo III.

Art. 6º. O servidor efetivo nomeado para cargo de provimento em comissão poderá optar por perceber, em parcela única, o somatório entre o subsídio de seu cargo e o valor da correspondente representação.

Art. 7º. O subsídio dos servidores do Ministério Público, o provento, a pensão ou outra espécie de remuneração, percebidos cumulativamente ou não, inclusive as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, do Governador do Estado.

CAPÍTULO IV DO ENQUADRAMENTO

Art. 8º. O enquadramento dos atuais ocupantes de cargo de provimento efetivo, providos mediante concurso público, dar-se-á na conformidade do Anexo IV a esta Lei, e levará em conta o tempo de serviço do servidor no Ministério Público e a graduação em nível de escolaridade superior à que possuía na data do provimento inicial, além das seguintes regras:

I - a apuração do tempo de serviço:

- a) será feita em dias, convertidos em anos, arredondando-se para o maior número seguinte as frações iguais ou superiores a 180 dias;
- b) levará em conta o tempo de efetivo exercício em cargos diferentes no Ministério Público, desde que o correspondente provimento tenha decorrido de concurso público;

II - será feito através de comprovação de graduação, os servidores em nível de escolaridade superior à que possuía na data do provimento inicial, com a apresentação dos correspondentes títulos obtidos até a data do enquadramento, sob pena de prescrição.

§ 1º. Os cursos de especialização em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado devem ser compatíveis com as atribuições dos cargos.

§ 2º. O enquadramento gera efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 3º. Incumbe à Diretoria Geral:

I - adotar as medidas necessárias para a apuração do tempo de serviço e do nível de escolaridade dos servidores de que trata esta Lei, observadas as regras estabelecidas no regimento interno a ser elaborado pelo Colégio de Procuradores.

II - fazer publicar a relação dos servidores com o resultado do enquadramento.

§ 4º. Julgados os eventuais recursos, o Procurador-Geral de Justiça baixará os atos de enquadramento.

Seção Única Do Recurso de Revisão

Art. 9º. O servidor que não concordar com o resultado de seu enquadramento poderá requerer revisão de sua situação à comissão responsável, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 1º. O prazo para requerer a revisão é de quinze dias, a contar da data da publicação da relação de que trata o inciso II, do § 3º, do artigo anterior, com justificativas e provas das alegações.

§ 2º. A comissão terá o prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, para decidir sobre a matéria.

§ 3º. Ato do Procurador-Geral de Justiça, obedecidas as regras estabelecidas pelo Colégio de Procuradores, no regimento interno, designará a comissão de que trata este artigo.

CAPÍTULO V DO PROVIMENTO

Art. 10. O provimento inicial dos cargos de que trata esta Lei dar-se-á na classe e padrão iniciais da Tabela Financeira constante do Anexo III, mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º. O edital do concurso:

- I - estabelecerá a obrigação da inscrição do candidato para concorrer apenas às vagas destinadas à respectiva formação profissional, disciplina ou área de atuação;
- II - define o quantitativo reservado para portadores de necessidades especiais.

§ 2º. A nomeação dos aprovados respeitará a ordem de classificação por área de graduação ou habilitação.

§ 3º. A lotação dos cargos de que se refere esta Lei será por Ato do Procurador-Geral, após deliberação do Colégio de Procuradores.

CAPÍTULO VI DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Seção Única Da Progressão Funcional

Subseção I Da Progressão Horizontal

Art. 11. A progressão funcional dar-se-á horizontalmente quando o servidor estável for movimentado de um padrão para outro imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, obedecidos, cumulativamente, os seguintes critérios:

- I - 24 meses de efetivo exercício no padrão em que se encontra;
- II - obtenha conceito igual ou superior a 50% dos pontos possíveis:
 - a) em todos os procedimentos da Avaliação Periódica de Desempenho;
 - b) na avaliação dos cursos de aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação de que tenha participado;
- III - efetivo exercício nas unidades do Ministério Público;
- IV - não tenha o servidor:
 - a) mais de cinco faltas injustificadas, por exercício, referentes ao período avaliado;
 - b) em seu dossiê, na data do deferimento da Progressão Horizontal, anotação sobre punição por crime contra a Administração Pública ou ilícito administrativo, previsto em lei.

Parágrafo único. Aprovado no Estágio Probatório, o servidor será automaticamente promovido horizontalmente para o padrão imediatamente seguinte ao inicial do cargo e da classe em que se encontra.

Subseção II Da Progressão Vertical

Art. 12. A progressão funcional dar-se-á verticalmente quando o servidor estável for movimentado de uma classe para outra imediatamente superior, obedecidos, cumulativamente, os seguintes critérios:

- I - 24 meses de efetivo exercício no último padrão da classe que se encontra;

- II - participação em curso de aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação, durante o interstício de que trata o inciso anterior;
- III - conceito igual ou superior a 50% dos pontos possíveis em todos os procedimentos da Avaliação Periódica de Desempenho;
- IV - efetivo exercício nas unidades do Ministério Público;
- V - não ter o servidor:
 - a) mais de cinco faltas injustificadas, por exercício, referentes ao período avaliado;
 - b) em seu dossiê, na data do deferimento da Progressão Vertical, anotação sobre punição por crime contra a Administração Pública ou ilícito administrativo, previsto em lei.

CAPÍTULO VII DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO

Art. 13. A Avaliação Periódica de Desempenho – APD realizar-se-á a cada doze meses e se caracterizará pela atribuição dos pontos, na comparação de fatores previamente estabelecidos em regulamento, e tem por finalidade:

- I - permitir a aferição dos resultados alcançados pela atuação do servidor;
- II - avaliar o desempenho no exercício de suas atribuições, identificando suas qualidades e deficiências, de modo a:
 - a) viabilizar sistemas de treinamento e melhoria nas condições de trabalho;
 - b) habilitar o servidor à mobilidade funcional, segundo parâmetros de qualidade do exercício das atribuições, combinados com parâmetros comportamentais;
- III - coletar e disponibilizar informações acerca da qualidade e das deficiências dos instrumentos e insumos colocados à disposição do servidor para o desempenho das suas atribuições, viabilizando ações, políticas e estratégias de melhoria na qualidade dos serviços;
- IV - acompanhar o desempenho do servidor, orientando-o quanto à adoção das providências voltadas para a superação das deficiências apresentadas;

V - apoiar estudos na área de formação de pessoal, levantamento de necessidades de capacitação e desenvolvimento de cursos, com vista ao aperfeiçoamento funcional;

VI - integrar os níveis hierárquicos por meio da comunicação entre chefias e avaliados, com a conseqüente melhoria do clima de trabalho;

VII - informar ao servidor o resultado de seu desempenho.

§ 1º. Serão avaliados todos os servidores efetivos, inclusive os que se encontram no exercício de cargo em comissão.

§ 2º. O processo de avaliação de desempenho de que trata esta Lei será regulamentado por ato do Procurador-Geral de Justiça.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 14. Aos Oficiais de Diligências será devida indenização de transporte, fixada no percentual de 25% sobre o valor do subsídio referente ao Padrão 1, Classe “A”, do respectivo cargo.

Parágrafo único. A indenização de que trata este artigo é desprovida de caráter salarial e:

I - não gera obrigação de natureza previdenciária ou afim;

II é efetivada mediante custeio, paga diretamente aos beneficiários, na conformidade de ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 15. Fica instituído o pagamento de produtividade, respeitados os limites exigidos pela Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Regulamento baixado pelo Ministério Público do Estado especificará a forma, critérios e valores para a sua devida aplicação.

Art. 16. O servidor que, na data da publicação desta Lei, encontrar-se em licença para tratar de interesses particulares ou à disposição sem ônus, será enquadrado, conforme informações do assentamento funcional, caso não o tenha requerido em momento próprio.

Art. 17. Se em virtude da aplicação desta Lei o subsídio do novo cargo for inferior ao percebido pelo servidor, este fará jus à diferença, a título de Vantagem Pessoal Irreajustável, até atingir o valor da sua remuneração no ato do enquadramento.

Art. 18. Aos inativos e pensionistas, cujos proventos ou valores das pensões são pagos pelo Ministério Público, estender-se-ão os benefícios estabelecidos por esta Lei.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006.

Art. 20. Revogam-se os arts. 4º e 10 da Lei nº. 1.255, de 9 de outubro de 2001, e a Lei nº. 1.026, de 7 de dezembro de 1998.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 29 dias do mês de dezembro de 2005, 184º da Independência, 117º da República e 17º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

ANEXO I À LEI Nº 1652, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.

| NOMENCLATURA ANTERIOR | NOMENCLATURA NOVA |
|------------------------------|--|
| Analista de Gestão Pública | Analista Ministerial Especializado (AME) |
| Analista de Sistemas | |
| Assistente Social | |
| Biblioteconomista | |
| Contador | |
| Consultor Jurídico | |
| Jornalista | |
| Psicólogo | |
| | Analista Ministerial (AMI) |
| | Oficial de Diligências (OFD) |
| Técnico em Contabilidade | Técnico Ministerial Especializado (TME) |
| Programador em Computador | |
| Assistente Administrativo | Técnico Ministerial (TCM) |
| | Motorista Profissional (MOP) |
| Motorista | Motorista (MOT) |
| Auxiliar Administrativo | Auxiliar Ministerial Especializado (AXE) |
| Artífice | |
| Auxiliar de Serviços Gerais | Auxiliar Ministerial (AXM) |

***ANEXO II À LEI Nº 1.652, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.**

| ESCOLARIDADE: NÍVEL SUPERIOR | | | |
|--|------------------------------|-----------------------------------|--|
| CARGO | QUANT. | DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO | ESCOLARIDADE E REQUISITOS PARA INVESTIDURA |
| ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO | 70 | Administração | Curso Superior em Administração |
| | | Análise de Sistema | Curso Superior em Informática |
| | | Assistência Social | Curso Superior em Serviço Social |
| | | Biblioteconomia | Curso Superior em Biblioteconomia |
| | | Biologia | Curso Superior em Biologia |
| | | Ciências Contábeis | Curso Superior em Ciências Contábeis |
| | | Ciências Econômicas | Curso Superior em Economia |
| | | Ciências Jurídicas | Curso Superior em Direito |
| | | Enfermagem | Curso Superior em Enfermagem |
| | | Engenharia | Curso Superior em Engenharia |
| | | Fisioterapia | Curso Superior em Fisioterapia |
| | | Geografia | Curso Superior em Geografia - Bacharelado |
| | | Jornalismo | Curso Superior em Jornalismo ou Comunicação Social |
| | | Letras | Curso Superior em Letras |
| | | Medicina | Curso Superior em Medicina |
| | | Odontologia | Curso Superior em Odontologia |
| | | Pedagogia | Curso Superior em Pedagogia |
| Psicologia | Curso Superior em Psicologia | | |
| ANALISTA MINISTERIAL | 130 | Ciências Jurídicas | Curso Superior em Direito |
| ESCOLARIDADE: NÍVEL MÉDIO ESPECIALIZADO | | | |
| OFICIAL DE DILIGÊNCIAS | 20 | Institucional | Nível Médio Completo e Carteira de Habilitação |
| TÉCNICO MINISTERIAL ESPECIALIZADO (TME) | 22 | Técnico em Contabilidade | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Contabilidade |
| | | Técnico em Eletricidade | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Eletricidade |
| | | Técnico em Eletrônica | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Eletrônica |

| | | | |
|--|-----|--|---|
| | 22 | Técnico em Manutenção de Computadores | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica de Manutenção de Computadores |
| | | Técnico em Informática | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica de Informação – Programação ou Manutenção de Computadores |
| | | Técnico em Enfermagem | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Enfermagem |
| | | Fotografia | Nível Médio Completo |
| ESCOLARIDADE: NÍVEL MÉDIO | | | |
| TÉCNICO MINISTERIAL | 120 | Assistência Administrativa | Nível Médio Completo |
| MOTORISTA PROFISSIONAL | 10 | Condução de Veículos – Transporte de pessoas, insumos e equipamentos | Nível Médio Completo e Carteira de Habilitação pelo menos modelo “B” |
| ESCOLARIDADE: NÍVEL FUNDAMENTAL ESPECIALIZADO | | | |
| MOTORISTA | 7 | Condução de Veículos – Transporte de pessoas, insumos e equipamentos | Nível Fundamental Completo e Carteira de Habilitação, de acordo com a categoria exigida |
| AUXILIAR MINISTERIAL ESPECIALIZADO | 19 | Auxílio Administrativo | Nível Fundamental Completo |
| | | Manutenção | Nível Fundamental Completo |
| ESCOLARIDADE: NÍVEL FUNDAMENTAL | | | |
| AUXILIAR MINISTERIAL | 15 | Auxílio Geral | Nível Fundamental Completo |

**Anexo II com redação determinada pela Lei 2.056, de 15/6/2009.*

***ANEXO II À LEI Nº 1652, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.**

| ESCOLARIDADE: NÍVEL SUPERIOR | | | |
|--|-------------------------------|--|---|
| CARGO | QUANT. | DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO | ESCOLARIDADE E REQUISITOS PARA INVESTIDURA |
| ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO | 69 | Administração | Curso Superior em Administração |
| | | Análise de Sistema | Curso Superior em Informática |
| | | Assistência Social | Curso Superior em Serviço Social |
| | | Biblioteconomia | Curso Superior em Biblioteconomia |
| | | Biologia | Curso Superior em Biologia |
| | | Ciências Contábeis | Curso Superior em Ciências Contábeis |
| | | Ciências Econômicas | Curso Superior em Economia |
| | | Ciências Jurídicas | Curso Superior em Direito |
| | | Enfermagem | Curso Superior em Enfermagem |
| | | Engenharia | Curso Superior em Engenharia |
| | | Fisioterapia | Curso Superior em Fisioterapia |
| | | Geografia | Curso Superior em Geografia — Bacharelado |
| | | Jornalismo | Curso Superior em Jornalismo ou Comunicação Social |
| | | Letras | Curso Superior em Letras |
| Medicina | Curso Superior em Medicina | | |
| Odontologia | Curso Superior em Odontologia | | |
| Pedagogia | Curso Superior em Pedagogia | | |
| Psicologia | Curso Superior em Psicologia | | |
| ANALISTA MINISTERIAL | 100 | Ciências Jurídicas | Curso Superior em Direito |
| ESCOLARIDADE: NÍVEL MÉDIO ESPECIALIZADO | | | |
| OFICIAL DE DILIGÊNCIAS | 20 | Institucional | Nível Médio Completo e Carteira de Habilitação |
| TÉCNICO MINISTERIAL ESPECIALIZADO (TME) | 22 | Técnico em Contabilidade | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Contabilidade |
| | | Técnico em Eletricidade | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Eletricidade |
| | | Técnico em Eletrônica | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Eletrônica |
| | | Técnico em Manutenção de Computadores | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica de Manutenção de Computadores |
| | | Técnico em Informática | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica de Informação — Programação ou Manutenção de Computadores |
| | | Técnico em Enfermagem | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Enfermagem |
| | | Fotografia | Nível Médio Completo |
| ESCOLARIDADE: NÍVEL MÉDIO | | | |
| TÉCNICO MINISTERIAL | 120 | Assistência Administrativa | Nível Médio Completo |
| MOTORISTA PROFISSIONAL | 40 | Condução de Veículos — Transporte de pessoas, insumos e equipamentos | Nível Médio Completo e Carteira de Habilitação pelo menos modelo "B" |
| | | | |

| ESCOLARIDADE: NÍVEL FUNDAMENTAL ESPECIALIZADO | | | |
|--|----|--|---|
| MOTORISTA | 07 | Condução de Veículos — Transporte de pessoas, insumos e equipamentos | Nível Fundamental Completo e Carteira de Habilitação, de acordo com a categoria exigida |
| AUXILIAR MINISTERIAL ESPECIALIZADO | 49 | Auxílio Administrativo | Nível Fundamental Completo |
| | | Manutenção | Nível Fundamental Completo |
| ESCOLARIDADE: NÍVEL FUNDAMENTAL | | | |
| AUXILIAR MINISTERIAL | 15 | Auxílio Geral | Nível Fundamental Completo |

**Anexo II com redação determinada pela Lei nº 1.879, de 21/12/2007.*

ANEXO II À LEI Nº 1652, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.

| ESCOLARIDADE: NÍVEL SUPERIOR | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|--|
| CARGO | QUANT. | DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO | ESCOLARIDADE E REQUISITOS PARA INVESTIDURA |
| ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO | 69 | Administração | Curso Superior em Administração |
| | | Análise de Sistema | Curso Superior em Informática |
| | | Assistência Social | Curso Superior em Serviço Social |
| | | Biblioteconomia | Curso Superior em Biblioteconomia |
| | | Biologia | Curso Superior em Biologia |
| | | Ciências Contábeis | Curso Superior em Ciências Contábeis |
| | | Ciências Econômicas | Curso Superior em Economia |
| | | Ciências Jurídicas | Curso Superior em Direito |
| | | Enfermagem | Curso Superior em Enfermagem |
| | | Engenharia | Curso Superior em Engenharia |
| | | Fisioterapia | Curso Superior em Fisioterapia |
| | | Geografia | Curso Superior em Geografia – Bacharelado |
| | | Jornalismo | Curso Superior em Jornalismo ou Comunicação Social |
| | | Letras | Curso Superior em Letras |
| | | Medicina | Curso Superior em Medicina |
| Odontologia | Curso Superior em Odontologia | | |
| Pedagogia | Curso Superior em Pedagogia | | |
| Psicologia | Curso Superior em Psicologia | | |
| ANALISTA MINISTERIAL | 100 | Ciências Jurídicas | Curso Superior em Direito |

| ESCOLARIDADE: NÍVEL MÉDIO ESPECIALIZADO | | | |
|--|----|--|---|
| OFICIAL DE DILIGÊNCIAS | 20 | Institucional | Nível Médio Completo e Carteira de Habilitação |
| TÉCNICO MINISTERIAL ESPECIALIZADO (TME) | 22 | Técnico em Contabilidade | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Contabilidade |
| | | Técnico em Eletricidade | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Eletricidade |
| | | Técnico em Eletrônica | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Eletrônica |
| | | Técnico em Manutenção de Computadores | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica de Manutenção de Computadores |
| | | Técnico em Informática | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica de Informação—Programação ou Manutenção de Computadores |
| | | Técnico em Enfermagem | Nível Médio Completo, com habilitação na área técnica em Enfermagem |
| | | Fotografia | Nível Médio Completo |
| ESCOLARIDADE: NÍVEL MÉDIO | | | |
| TÉCNICO MINISTERIAL | 90 | Assistência Administrativa | Nível Médio Completo |
| MOTORISTA PROFISSIONAL | 07 | Condução de Veículos—Transporte de pessoas, insumos e equipamentos | Nível Médio Completo e Carteira de Habilitação pelo menos modelo “B” |
| ESCOLARIDADE: NÍVEL FUNDAMENTAL ESPECIALIZADO | | | |
| MOTORISTA | 07 | Condução de Veículos—Transporte de pessoas, insumos e equipamentos | Nível Fundamental Completo e Carteira de Habilitação, de acordo com a categoria exigida |
| AUXILIAR MINISTERIAL ESPECIALIZADO | 19 | Auxílio Administrativo | Nível Fundamental Completo |
| | | Manutenção | Nível Fundamental Completo |
| ESCOLARIDADE: NÍVEL FUNDAMENTAL | | | |
| AUXILIAR MINISTERIAL | 15 | Auxílio Geral | Nível Fundamental Completo |

***ANEXO III À LEI Nº 1.652, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.**

| CARGO: ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO | | |
|--|---------------|---------------------|
| | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
| A | 1 | 3.307,50 |
| | 2 | 3.472,88 |
| | 3 | 3.646,52 |
| | 4 | 3.828,85 |
| | 5 | 4.020,29 |
| | 6 | 4.221,30 |
| | 7 | 4.432,36 |
| B | 1 | 4.653,99 |
| | 2 | 4.886,69 |
| | 3 | 5.131,02 |
| | 4 | 5.387,57 |
| | 5 | 5.656,94 |
| | 6 | 5.939,79 |
| | 7 | 6.236,78 |
| C | 1 | 6.548,62 |
| | 2 | 6.876,05 |
| | 3 | 7.219,85 |
| | 4 | 7.580,84 |
| | 5 | 7.959,90 |
| | 6 | 8.357,89 |
| | 7 | 8.775,79 |

| CARGO: ANALISTA MINISTERIAL | | |
|------------------------------------|---------------|---------------------|
| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
| A | 1 | 2.430,00 |
| | 2 | 2.551,50 |
| | 3 | 2.679,08 |
| | 4 | 2.813,03 |
| | 5 | 2.953,68 |
| | 6 | 3.101,37 |
| | 7 | 3.256,43 |
| B | 1 | 3.419,26 |
| | 2 | 3.590,22 |
| | 3 | 3.769,73 |
| | 4 | 3.958,21 |
| | 5 | 4.156,12 |

| | | |
|--------------------------------------|---------------|---------------------|
| | 7 | 4.582,13 |
| C | 1 | 4.811,24 |
| | 2 | 5.051,80 |
| | 3 | 5.304,38 |
| | 4 | 5.569,60 |
| | 5 | 5.848,08 |
| | 6 | 6.140,49 |
| | 7 | 6.447,52 |
| CARGO: OFICIAL DE DILIGÊNCIAS | | |
| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
| A | 1 | 2.106,00 |
| | 2 | 2.211,30 |
| | 3 | 2.321,87 |
| | 4 | 2.437,97 |
| | 5 | 2.559,86 |
| | 6 | 2.687,85 |
| | 7 | 2.822,25 |
| B | 1 | 2.963,36 |
| | 2 | 3.111,52 |
| | 3 | 3.267,10 |
| | 4 | 3.430,46 |
| | 5 | 3.601,97 |
| | 6 | 3.782,08 |
| | 7 | 3.971,17 |
| C | 1 | 4.169,73 |
| | 2 | 4.378,22 |
| | 3 | 4.597,13 |
| | 4 | 4.827,00 |
| | 5 | 5.068,34 |
| | 6 | 5.321,75 |
| | 7 | 5.587,84 |

| CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL ESPECIALIZADO | | |
|---|---------------|---------------------|
| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
| A | 1 | 1.584,90 |
| | 2 | 1.664,15 |
| | 3 | 1.747,36 |
| | 4 | 1.834,71 |
| | 5 | 1.926,45 |
| | 6 | 2.022,78 |
| | 7 | 2.123,92 |

| | | |
|--|---------------|---------------------|
| B | 1 | 2.230,12 |
| | 2 | 2.341,61 |
| | 3 | 2.458,71 |
| | 4 | 2.581,63 |
| | 5 | 2.710,72 |
| | 6 | 2.846,26 |
| | 7 | 2.988,57 |
| C | 1 | 3.137,99 |
| | 2 | 3.294,90 |
| | 3 | 3.459,53 |
| | 4 | 3.632,62 |
| | 5 | 3.814,25 |
| | 6 | 4.004,96 |
| | 7 | 4.205,21 |
| CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL E MOTORISTA PROFISSIONAL | | |
| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
| A | 1 | 1.089,45 |
| | 2 | 1.143,93 |
| | 3 | 1.201,12 |
| | 4 | 1.261,17 |
| | 5 | 1.324,23 |
| | 6 | 1.390,45 |
| | 7 | 1.459,98 |
| B | 1 | 1.532,96 |
| | 2 | 1.609,62 |
| | 3 | 1.690,09 |
| | 4 | 1.774,60 |
| | 5 | 1.863,32 |
| | 6 | 1.956,51 |
| | 7 | 2.054,32 |
| C | 1 | 2.157,03 |
| | 2 | 2.264,90 |
| | 3 | 2.378,14 |
| | 4 | 2.497,05 |
| | 5 | 2.621,89 |
| | 6 | 2.752,98 |
| | 7 | 2.890,63 |

CARGO: MOTORISTA E AUXILIAR MINISTERIAL ESPECIALIZADO

| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
|------------------------------------|---------------|---------------------|
| A | 1 | 959,85 |
| | 2 | 1.007,85 |
| | 3 | 1.058,24 |
| | 4 | 1.111,15 |
| | 5 | 1.166,70 |
| | 6 | 1.225,04 |
| | 7 | 1.286,29 |
| B | 1 | 1.350,60 |
| | 2 | 1.418,14 |
| | 3 | 1.489,04 |
| | 4 | 1.563,49 |
| | 5 | 1.641,66 |
| | 6 | 1.723,74 |
| | 7 | 1.809,95 |
| C | 1 | 1.900,43 |
| | 2 | 1.995,46 |
| | 3 | 2.095,23 |
| | 4 | 2.200,00 |
| | 5 | 2.310,00 |
| | 6 | 2.425,50 |
| | 7 | 2.546,76 |
| CARGO: AUXILIAR MINISTERIAL | | |
| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
| A | 1 | 606,15 |
| | 2 | 636,45 |
| | 3 | 668,28 |
| | 4 | 701,69 |
| | 5 | 736,78 |
| | 6 | 773,61 |
| | 7 | 812,30 |

| | | |
|---|---|----------|
| B | 1 | 852,92 |
| | 2 | 895,57 |
| | 3 | 940,35 |
| | 4 | 987,35 |
| | 5 | 1.036,72 |
| | 6 | 1.088,56 |
| | 7 | 1.143,00 |
| C | 1 | 1.200,14 |
| | 2 | 1.260,14 |
| | 3 | 1.323,15 |
| | 4 | 1.389,31 |
| | 5 | 1.458,77 |
| | 6 | 1.531,71 |
| | 7 | 1.608,29 |

*Anexo III com redação determinada pela Lei 2.056, de 15/6/2009.

***ANEXO III À LEI Nº 1652, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.**

GARGO: ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO

| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
|--------|--------|--------------|
| A | 1 | 3.062,50 |
| | 2 | 3.215,63 |
| | 3 | 3.376,41 |
| | 4 | 3.545,23 |
| | 5 | 3.722,49 |
| | 6 | 3.908,61 |
| | 7 | 4.104,04 |
| B | 1 | 4.309,25 |
| | 2 | 4.524,71 |
| | 3 | 4.750,94 |
| | 4 | 4.988,49 |
| | 5 | 5.237,91 |
| | 6 | 5.499,81 |
| | 7 | 5.774,80 |
| C | 1 | 6.063,54 |
| | 2 | 6.366,71 |
| | 3 | 6.685,05 |
| | 4 | 7.019,30 |
| | 5 | 7.370,28 |
| | 6 | 7.738,79 |
| | 7 | 8.125,73 |

CARGO: ANALISTA MINISTERIAL

| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
|---------------|---------------|---------------------|
| A | 1 | 2.250,00 |
| | 2 | 2.362,50 |
| | 3 | 2.480,63 |
| | 4 | 2.604,66 |
| | 5 | 2.734,89 |
| | 6 | 2.871,64 |
| | 7 | 3.015,21 |
| B | 1 | 3.165,98 |
| | 2 | 3.324,28 |
| | 3 | 3.490,49 |
| | 4 | 3.665,01 |
| | 5 | 3.848,26 |
| | 6 | 4.040,68 |
| | 7 | 4.242,71 |
| C | 1 | 4.454,85 |
| | 2 | 4.677,59 |
| | 3 | 4.911,46 |
| | 4 | 5.157,04 |
| | 5 | 5.414,89 |
| | 6 | 5.685,64 |
| | 7 | 5.969,93 |

CARGO: OFICIAL DE DILIGÊNCIAS

| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
|---------------|---------------|---------------------|
| A | 1 | 1.950,00 |
| | 2 | 2.047,50 |
| | 3 | 2.149,88 |
| | 4 | 2.257,38 |
| | 5 | 2.370,24 |
| | 6 | 2.488,75 |
| | 7 | 2.613,19 |
| B | 1 | 2.743,85 |
| | 2 | 2.881,04 |
| | 3 | 3.025,09 |
| | 4 | 3.176,35 |
| | 5 | 3.335,16 |
| | 6 | 3.501,93 |
| | 7 | 3.677,01 |

| | | |
|---|---|----------|
| E | 1 | 3.860,86 |
| | 2 | 4.053,91 |
| | 3 | 4.256,60 |
| | 4 | 4.469,44 |
| | 5 | 4.692,91 |
| | 6 | 4.927,55 |
| | 7 | 5.173,93 |

CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL ESPECIALIZADO

| GLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
|--------|--------|--------------|
| A | 1 | 1.467,50 |
| | 2 | 1.540,88 |
| | 3 | 1.617,93 |
| | 4 | 1.698,81 |
| | 5 | 1.783,75 |
| | 6 | 1.872,94 |
| | 7 | 1.966,59 |
| B | 1 | 2.064,93 |
| | 2 | 2.168,16 |
| | 3 | 2.276,58 |
| | 4 | 2.390,40 |
| | 5 | 2.509,93 |
| | 6 | 2.635,43 |
| | 7 | 2.767,19 |
| E | 1 | 2.905,55 |
| | 2 | 3.050,83 |
| | 3 | 3.203,36 |
| | 4 | 3.363,54 |
| | 5 | 3.531,71 |
| | 6 | 3.708,30 |
| | 7 | 3.893,71 |

CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL E MOTORISTA PROFISSIONAL

| GLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
|--------|--------|--------------|
| A | 1 | 1.008,75 |
| | 2 | 1.059,19 |
| | 3 | 1.112,15 |
| | 4 | 1.167,75 |
| | 5 | 1.226,14 |
| | 6 | 1.287,45 |
| | 7 | 1.351,83 |

| | | |
|---|---|----------|
| B | 1 | 1.419,41 |
| | 2 | 1.490,39 |
| | 3 | 1.564,90 |
| | 4 | 1.643,15 |
| | 5 | 1.725,30 |
| | 6 | 1.811,58 |
| | 7 | 1.902,15 |
| C | 1 | 1.997,25 |
| | 2 | 2.097,13 |
| | 3 | 2.201,98 |
| | 4 | 2.312,08 |
| | 5 | 2.427,68 |
| | 6 | 2.549,06 |
| | 7 | 2.676,51 |

GARGO: MOTORISTA E AUXILIAR MINISTERIAL ESPECIALIZADO

| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
|--------|--------|--------------|
| A | 1 | 888,75 |
| | 2 | 933,19 |
| | 3 | 979,85 |
| | 4 | 1.028,84 |
| | 5 | 1.080,28 |
| | 6 | 1.134,30 |
| | 7 | 1.191,01 |
| B | 1 | 1.250,56 |
| | 2 | 1.313,09 |
| | 3 | 1.378,74 |
| | 4 | 1.447,68 |
| | 5 | 1.520,06 |
| | 6 | 1.596,06 |
| | 7 | 1.675,88 |
| C | 1 | 1.759,66 |
| | 2 | 1.847,65 |
| | 3 | 1.940,03 |
| | 4 | 2.037,04 |
| | 5 | 2.138,89 |
| | 6 | 2.245,83 |
| | 7 | 2.358,11 |

CARGO: AUXILIAR MINISTERIAL

| CLASSE | PADRÃO | VALOR EM R\$ |
|---------------|---------------|---------------------|
| A | 1 | 561,25 |
| | 2 | 589,31 |
| | 3 | 618,78 |
| | 4 | 649,71 |
| | 5 | 682,20 |
| | 6 | 716,31 |
| | 7 | 752,13 |
| B | 1 | 789,74 |
| | 2 | 829,23 |
| | 3 | 870,69 |
| | 4 | 914,21 |
| | 5 | 959,93 |
| | 6 | 1.007,93 |
| | 7 | 1.058,33 |
| C | 1 | 1.111,24 |
| | 2 | 1.166,80 |
| | 3 | 1.225,14 |
| | 4 | 1.286,40 |
| | 5 | 1.350,71 |
| | 6 | 1.418,25 |
| | 7 | 1.489,16 |

**Anexo III com redação determinada pela Lei nº 1.902, de 17/03/2008.*

ANEXO III À LEI Nº 1652, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.

CARGO: ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO

| CLASSE | PADRÃO | R\$ |
|--------|--------|----------|
| A | 1 | 2.450,00 |
| | 2 | 2.572,50 |
| | 3 | 2.701,13 |
| | 4 | 2.836,18 |
| | 5 | 2.977,99 |
| | 6 | 3.126,89 |
| | 7 | 3.283,23 |
| B | 1 | 3.447,40 |
| | 2 | 3.619,77 |
| | 3 | 3.800,75 |
| | 4 | 3.990,79 |
| | 5 | 4.190,33 |
| | 6 | 4.399,85 |
| | 7 | 4.619,84 |
| C | 1 | 4.850,83 |
| | 2 | 5.093,37 |
| | 3 | 5.348,04 |
| | 4 | 5.615,44 |
| | 5 | 5.896,22 |
| | 6 | 6.191,03 |
| | 7 | 6.500,58 |

CARGO: ANALISTA MINISTERIAL

| CLASSE | PADRÃO | R\$ |
|--------|--------|----------|
| A | 1 | 1.800,00 |
| | 2 | 1.890,00 |
| | 3 | 1.984,50 |
| | 4 | 2.083,73 |
| | 5 | 2.187,91 |
| | 6 | 2.297,31 |
| | 7 | 2.412,17 |
| B | 1 | 2.532,78 |
| | 2 | 2.659,42 |
| | 3 | 2.792,39 |
| | 4 | 2.932,01 |
| | 5 | 3.078,61 |
| | 6 | 3.232,54 |
| | 7 | 3.394,17 |
| C | 1 | 3.563,88 |
| | 2 | 3.742,07 |
| | 3 | 3.929,17 |
| | 4 | 4.125,63 |
| | 5 | 4.331,91 |
| | 6 | 4.548,51 |
| | 7 | 4.775,94 |

CARGO: OFICIAL DE DILIGÊNCIA

| CLASSE | PADRÃO | R\$ |
|--------|--------|----------|
| A | 1 | 1.560,00 |
| | 2 | 1.638,00 |
| | 3 | 1.719,90 |
| | 4 | 1.805,90 |
| | 5 | 1.896,19 |
| | 6 | 1.991,00 |
| | 7 | 2.090,55 |
| B | 1 | 2.195,08 |
| | 2 | 2.304,83 |
| | 3 | 2.420,07 |
| | 4 | 2.541,08 |
| | 5 | 2.668,13 |
| | 6 | 2.801,54 |
| | 7 | 2.941,61 |
| C | 1 | 3.088,69 |
| | 2 | 3.243,13 |
| | 3 | 3.405,28 |
| | 4 | 3.575,55 |
| | 5 | 3.754,33 |
| | 6 | 3.942,04 |
| | 7 | 4.139,14 |

CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL ESPECIALIZADO

| CLASSE | PADRÃO | R\$ |
|--------|--------|----------|
| A | 1 | 1.174,00 |
| | 2 | 1.232,70 |
| | 3 | 1.294,34 |
| | 4 | 1.359,05 |
| | 5 | 1.427,00 |
| | 6 | 1.498,35 |
| | 7 | 1.573,27 |
| B | 1 | 1.651,94 |
| | 2 | 1.734,53 |
| | 3 | 1.821,26 |
| | 4 | 1.912,32 |
| | 5 | 2.007,94 |
| | 6 | 2.108,34 |
| | 7 | 2.213,75 |
| C | 1 | 2.324,44 |
| | 2 | 2.440,66 |
| | 3 | 2.562,69 |
| | 4 | 2.690,83 |
| | 5 | 2.825,37 |
| | 6 | 2.966,64 |
| | 7 | 3.114,97 |

CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL/MOTORISTA PROFISSIONAL

| CLASSE | PADRÃO | R\$ |
|--------|--------|----------|
| A | 1 | 807,00 |
| | 2 | 847,35 |
| | 3 | 889,72 |
| | 4 | 934,20 |
| | 5 | 980,91 |
| | 6 | 1.029,96 |
| | 7 | 1.081,46 |
| B | 1 | 1.135,53 |
| | 2 | 1.192,31 |
| | 3 | 1.251,92 |
| | 4 | 1.314,52 |
| | 5 | 1.380,24 |
| | 6 | 1.449,26 |
| | 7 | 1.521,72 |
| C | 1 | 1.597,80 |
| | 2 | 1.677,70 |
| | 3 | 1.761,58 |
| | 4 | 1.849,66 |
| | 5 | 1.942,14 |
| | 6 | 2.039,25 |
| | 7 | 2.141,21 |

CARGO: MOTORISTA/AUXILIAR MINISTERIAL ESPECIALIZADO

| CLASSE | PADRÃO | R\$ |
|--------|--------|----------|
| A | 1 | 711,00 |
| | 2 | 746,55 |
| | 3 | 783,88 |
| | 4 | 823,07 |
| | 5 | 864,22 |
| | 6 | 907,44 |
| | 7 | 952,81 |
| B | 1 | 1.000,45 |
| | 2 | 1.050,47 |
| | 3 | 1.102,99 |
| | 4 | 1.158,14 |
| | 5 | 1.216,05 |
| | 6 | 1.276,85 |
| | 7 | 1.340,70 |
| C | 1 | 1.407,73 |
| | 2 | 1.478,12 |
| | 3 | 1.552,02 |
| | 4 | 1.629,63 |
| | 5 | 1.711,11 |
| | 6 | 1.796,66 |
| | 7 | 1.886,49 |

CARGO: AUXILIAR MINISTERIAL

| CLASSE | PADRAO | R\$ |
|--------|--------|----------|
| A | 1 | 449,00 |
| | 2 | 471,45 |
| | 3 | 495,02 |
| | 4 | 519,77 |
| | 5 | 545,76 |
| | 6 | 573,05 |
| | 7 | 601,70 |
| B | 1 | 631,79 |
| | 2 | 663,38 |
| | 3 | 696,55 |
| | 4 | 731,37 |
| | 5 | 767,94 |
| | 6 | 806,34 |
| | 7 | 846,66 |
| C | 1 | 888,99 |
| | 2 | 933,44 |
| | 3 | 980,11 |
| | 4 | 1.029,12 |
| | 5 | 1.080,57 |
| | 6 | 1.134,60 |
| | 7 | 1.191,33 |

ANEXO IV À LEI Nº 1652, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.
TABELA I - ENQUADRAMENTO DOS ATUAIS SERVIDORES
TEMPO DE SERVIÇO ATÉ 5 ANOS

| ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO | | | |
|---|--------|--|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| SUPERIOR COMPLETO | | PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, MÍNIMO DE 360 HORAS /MESTRADO OU DOUTORADO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| A | 6 | B | 1 |

| TÉCNICO MINISTERIAL ESPECIALIZADO | | | |
|--|--------|-------------------|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| MÉDIO COMPLETO | | SUPERIOR COMPLETO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| A | 6 | A | 7 |

| TÉCNICO MINISTERIAL | | | |
|------------------------------|--------|-------------------|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| MÉDIO COMPLETO | | SUPERIOR COMPLETO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| B | 2 | B | 3 |

| MOTORISTA | | | |
|------------------------------|--------|----------------|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| FUNDAMENTAL | | MÉDIO COMPLETO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| A | 7 | B | 1 |

| AUXILIAR MINISTERIAL ESPECIALIZADO | | | |
|---|--------|----------------|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| FUNDAMENTAL COMPLETO | | MÉDIO COMPLETO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| A | 7 | B | 1 |

| AUXILIAR MINISTERIAL | | | |
|------------------------------|--------|----------------|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| FUNDAMENTAL | | MÉDIO COMPLETO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| B | 2 | B | 3 |

ANEXO V À DE LEI Nº. 1652, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.

TABELA II - ENQUADRAMENTO DOS ATUAIS SERVIDORES, VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2006 - TEMPO DE SERVIÇO MAIS DE 5 ANOS

| ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO | | | |
|---|--------|--|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| SUPERIOR COMPLETO | | PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, MÍNIMO DE 360 HORAS/ MESTRADO OU DOUTORADO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| A | 7 | B | 2 |

| TÉCNICO MINISTERIAL ESPECIALIZADO | | | |
|--|--------|-------------------|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| MÉDIO COMPLETO | | SUPERIOR COMPLETO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| B | 1 | B | 2 |

| TÉCNICO MINISTERIAL | | | |
|------------------------------|--------|-------------------|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| MÉDIO COMPLETO | | SUPERIOR COMPLETO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| B | 4 | B | 5 |

| MOTORISTA | | | |
|------------------------------|--------|----------------|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| FUNDAMENTAL | | MÉDIO COMPLETO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| B | 2 | B | 3 |

| AUXILIAR MINISTERIAL ESPECIALIZADO | | | |
|---|--------|----------------|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| FUNDAMENTAL COMPLETO | | MÉDIO COMPLETO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| B | 2 | B | 3 |

| AUXILIAR MINISTERIAL | | | |
|------------------------------|--------|----------------|--------|
| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | | |
| FUNDAMENTAL | | MÉDIO COMPLETO | |
| CLASSE | PADRÃO | CLASSE | PADRÃO |
| B | 4 | B | 5 |